

POVO LIVRE

SÓ O VOTO NA AD PODE MUDAR PORTUGAL



7 PRESIDENTE

CTT: INCOMPETÊNCIA DE PEDRO NUNO SANTOS LESOU CONTRIBUÍNTES

Luís Montenegro acusou o secretário-geral do PS de incompetência por “ter depauperado o interesse público” como ministro, responsabilizando-o por uma indemnização de 16 milhões de euros do Estado aos CTT

15 LOCAIS

CÂMARA DE VISEU LAMENTA PROBLEMAS NA URGÊNCIA PEDIÁTRICA

O Presidente da Câmara de Viseu lamentou o encerramento da Urgência Pediátrica durante alguns períodos noturnos a partir de sexta-feira e considerou este mais um exemplo do abandono do interior

19 REGIONAIS

VOTO NA AD PARA AFIRMAR OS AÇORES

José Manuel Bolieiro apelou domingo ao voto na Aliança Democrática (AD) para afirmar a Região e mudar a governação de Portugal, lembrando que os socialistas “não podem merecer a confiança” dos açorianos

De regresso à estrada

Com uma postura irrepreensível, demonstrando tranquilidade e sentido de Estado, o líder da AD lembrou que é através do diálogo que se devem abordar os problemas e, a propósito das questões climáticas

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Este editorial é reescrito por força do acontecimento ocorrido, nesta manhã de quarta-feira, durante uma ação de campanha da AD na FIL, em Lisboa, onde decorre a Bolsa de Turismo de Lisboa. À entrada da FIL, Luís Montenegro foi atacado por um ativista climático com tinta verde, numa ação reivindicada, entretanto, pelo movimento Greve Climática Estudantil. Pese embora as tentativas de continuar a ação, Luís Montenegro viu-se forçado a abandonar o espaço e a cancelar o contacto que tinha agendado com a população em Almada, retomando os compromissos num almoço com pescadores e apoiantes na Costa da Caparica.

Deste incidente, há algumas notas importantes a reter. Desde logo, a irracionalidade e o despropósito deste tipo de ações que, na verdade, constituem um verdadeiro ataque à democracia, algo que foi dito pelos demais líderes partidários – outra nota relevante, digna de sublinhado especial, pois é bom perceber que a disputa eleitoral não afeta o respeito e a urbanidade que deve pautar o debate político em democracia.

Mas o que se tornou mais notório foi, indubitavelmente, o comportamento de Luís Montenegro neste episódio tão lamentável. Com uma postura irrepreensível, demonstrando tranquilidade e sentido de Estado, o líder da AD lembrou que é através do diálogo que se devem abordar os problemas e, a propósito das questões climáticas, referiu a existência de várias medidas no programa eleitoral, nomeadamente, a existência de um Conselho de Ministros dedicado à transição climática e energética. A rematar, Luís Montenegro disse uma frase de grande significado: “Por



mais tinta que me atirem, continuarei a ser o mesmo”.

De facto, esta frase prova à saciedade a autenticidade, a coerência e a firmeza de princípios de Luís Montenegro, características sempre fundamentais num líder, mas que se tornam especialmente valiosas em tempos desafiantes como os que atravessamos.

A isso não será estranho, portanto, a simpatia e o entusiasmo com que Luís Montenegro é recebido pela população. Nota-se, nos contactos de rua e nas conversas espontâneas que ocorrem, a empatia com que as pessoas abordam o líder da Aliança Democrática e a confiança e credibilidade que lhe reconhecem, mesmo quando é necessário esclarecer dúvidas sobre as nossas propostas.

Depois dos debates – em televisão e em rádio – o regresso à estrada e ao contacto direto com a população começou da melhor forma, como se percebeu no almoço realizado na Maia, no passado domingo, onde o espaço acabou por se revelar pequeno para acomodar as largas centenas de militantes e simpatizantes que fizeram questão de ouvir Luís Montenegro e o cabeça-de-lista pelo Distrito do Porto, Miguel Guimarães. Uma ação de campanha que confirmou o aumento sustentado do apoio à Aliança Democrática e que, dia após dia, percorrendo o país, vamos poder testemunhar e consolidar. Em 10 de março, a mudança vai acontecer.

A AD em Setúbal

Quem vai viabilizar governo da AD são os portugueses



Luís Montenegro acusa o secretário-geral do PS de “imaturidade política” e de “falta de preparação” por apresentar versões contraditórias sobre a disponibilidade dos socialistas para viabilizar um governo minoritário liderado pelo PSD.

“O candidato a primeiro-ministro do Partido Socialista, Pedro Nuno Santos, até segunda-feira, disse sempre que nunca estava em causa, pela parte do Partido Socialista, viabilizar um governo da AD; na segunda-feira, disse que viabilizaria; hoje já disse duas ou três coisas diferentes. É mesmo caso para dizer que aquilo que aconteceu segunda-feira não era uma convicção, era uma conveniência para aquele momento”, afirmou.

Na quarta-feira, 21 de fevereiro, em Setúbal, perante centenas de simpatizantes, o líder da AD sublinhou que “Pedro Nuno Santos quis dar uma de moderado e acabou por trazer ao de cima a sua imaturidade política e falta de preparação para poder dar credibilidade a um projeto governativo”.

Luís Montenegro reafirmou a confiança numa vitória eleitoral da AD no dia 10 de março. “Eu quero ser muito claro: a questão fundamental é que quem vai viabilizar um governo da AD são os portugueses. Nós não estamos à espera de outra resposta”, declarou.



Aos setubalenses, Luís Montenegro lembrou que o PS governou o país em 22 dos últimos 28 anos, os últimos oito com maioria absoluta, seis deles com o apoio parlamentar do PCP e do BE e os últimos dois anos com uma maioria absoluta socialista, mas em que se agravaram os problemas da habitação, da insegurança, da falta de professores e da saúde.

No comício em Setúbal, que tem como cabeça de lista da AD Teresa Morais, Luís Montenegro assegurou que a saúde será uma prioridade de um futuro governo da AD, ao mesmo tempo que criticava o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda por serem “os maiores amigos da medicina privada em Portugal”.

“Nunca em Portugal, tantas e tantos portugueses tiveram de subscrever um seguro de saúde”, salientou, recordando que mais de 3,3 milhões de portugueses subscreveram seguros de saúde para poderem ter garantias de atendimento.

O líder da AD comparou o número de hospitais construídos desde o último governo de coligação PSD/CDS-PP. “Nos últimos oito anos, foram inaugurados 32 hospitais no setor privado da saúde, ao mesmo tempo que foram inaugurados zero no setor público pela mão do Partido Socialista. Tanta vontade de diabolizar os quatro anos [do governo PSD/CDS] de recuperação da nossa autonomia e da nossa credibilidade, e, naqueles quatro anos em que era difícil, em que nós não tínhamos capacidade de decisão, em que nós não tínhamos meios financeiros, em que não havia Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em que estávamos cercados por todo o lado, naqueles quatro anos fomos capazes de inaugurar sete novos hospitais”, referiu.



SÓ HÁ UMA OPÇÃO NO DIA 10 DE MARÇO: VOTAR NA AD

Luís Montenegro considera que “o voto de protesto beneficia o infrator, beneficia o PS”.

Depois de ter estado em Portimão, Silves e Torres Vedras, o líder da AD terminou o dia de pré-campanha num jantar-comício com cerca de mil pessoas em Cascais, onde quis deixar um claro apelo ao voto útil.

No jantar-comício desta quinta-feira, que contou com a intervenção do ex-líder e militante número um do PSD, Francisco Pinto Balsemão, Luís Montenegro declarou também que “chega de um país que quer nivelar tudo por baixo”.

“Já agora chega de um lado e chega do outro. Chega de nivelar por baixo e chega de dizer às pessoas que é possível dar tudo a todos ao mesmo tempo, nós somos ambiciosos, mas temos responsabilidade”, afirmou.

“Independentemente da legitimidade desses programas mais específicos, da vontade de protesto, se querem ter um governo novo só há uma opção que é votar AD. O voto de protesto é legítimo, mas não muda o governo. Pelo contrário, o voto de protesto beneficia o infrator, beneficia o PS”, sublinhou.

Luís Montenegro apelou aos eleitores que avaliem os programas, mas também as equipas e “as características de cada um dos líderes”. “E não tenham nenhum sentido de desperdício da oportunidade que têm de mudar de governo”, reforçou.

“Nós somos o garante da mudança e nós somos o garante da esperança para Portugal e para os portugueses”, frisou.

Antes, Francisco Pinto Balsemão, ex-Primeiro-Ministro e fundador do PSD, apelou também a um voto na mudança. “Estamos aqui para dizer bem alto que estamos fartos de viver em letargia, estamos fartos de viver num país adiado (...) Vamos votar na AD para construir já o nosso futuro”, apelou, assinalando que Luís Montenegro tem “dado provas sobejas da capacidade de liderança”.

“Tem demonstrado que está preparado para ser o próximo Primeiro-Ministro de Portugal”, defendeu.

No círculo de Lisboa, a AD tem como cabeça de lista o Presidente do PSD, Luís Montenegro.



Luís Montenegro em Lamego, distrito de Viseu

CTT: INCOMPETÊNCIA DE PEDRO NUNO SANTOS LESOU CONTRIBUINTES



Luís Montenegro acusou o secretário-geral do PS de incompetência por “ter depauperado o interesse público” como ministro, responsabilizando-o por uma indemnização de 16 milhões de euros do Estado aos CTT.

“Só nos CTT, que era outra área tutelada pelo ministro Pedro Nuno Santos, os contribuintes portugueses pagaram uma indemnização de 16 milhões de euros, porque o dr. Pedro Nuno Santos, enquanto ministro das Infraestruturas decidiu unilateralmente prorrogar o contrato de concessão do serviço público postal”, declarou.

Este sábado, num comício da Aliança Democrática, no Teatro Ribeiro Conceição completamente cheio, em Lamego, Luís Montenegro explicou que “depois a empresa moveu uma ação contra o Estado, foi parar a um tribunal arbitral e esta indemnização foi fixada por unanimidade, ou seja, até o próprio árbitro do Governo acabou

por aceder ao pagamento de 16 milhões de euros dos impostos dos contribuintes para cobrir a incompetência do atual secretário-geral do PS”.

“Estas e outras são a preparação que cada um de nós tem, estas e outras são as expressões da experiência que eu nunca quis nem vou ter”, destacou.

Luís Montenegro recordou também a gestão política da TAP, com uma fatura para os portugueses de 3.200 milhões de euros, e o processo de escolha da localização para o futuro aeroporto da região de Lisboa.

O líder da AD frisou que o governo do PS caiu porque “criou instabilidade dentro de si” e apontou Pedro Nuno Santos como o ministro que se destacou entre “todas as demissões” e “todas as trapalhadas”.

Assegurou igualmente que não se aliará a ninguém “que não se identifique com os princípios e os valores da social-democracia e da democracia-cristã”, condenando o PS por admitir entendimentos com partidos anti-NATO e que defendem a saída da União Europeia.

Se o PSD formar Governo, a “prioridade máxima” serão os jovens, para terem “mais oportunidades, mais qualidade de vida, mais rendimentos”.

Num discurso de meia hora, Luís Montenegro elogiou o projeto da AD: “Somos de facto diferentes. Os portugueses sabem o que conosco podem esperar: Só assumirei as funções de primeiro-ministro na base da confiança real do povo português, e comigo não estarão, não estará ninguém que não se identifique com os princípios e os valores da social-democracia e da democracia-cristã”.





AD



VOU CONTINUAR NA RUA, NO CONTACTO COM O POVO

Luís Montenegro garante que vai continuar no “contacto com o povo”, “a andar na rua”, sem medo, e sente que os portugueses querem dar “uma grande vitória” à AD no dia 10 de março.

“Eu sou um homem do contacto com o povo, eu sou um homem de andar na rua, eu sou um homem de discutir um a um o sentido de voto de cada português. Eu não tenho medo de nada, não tenho medo de falar com os portugueses”, afirmou.

No domingo, 25 de fevereiro, num almoço-comício da Aliança Democrática, na Maia, no primeiro dia de campanha oficial para as legislativas, o líder da AD criticou a desorientação dos adversários: “Eles achavam que nós não tínhamos ideias – afinal, temos. Depois achavam que não tínhamos equipas – afinal, temos”.

Luís Montenegro salienta que tem “sentido muito entusiasmo”. “Não tenham dúvidas de que se há ponto onde eu estou excepcionalmente à vontade é no contacto com as pessoas”,

assinalou.

Para o líder da AD, a escolha é entre “continuar o empobrecimento” com o PS ou “mudar com segurança” com a AD, mas “o povo português é muito sábio” e saberá “distinguir entre quem está para resolver e quem está para empatar”.

“Eu sei que os portugueses vão estar connosco, vão dar-nos uma grande vitória, e nós vamos pegar na vitória para transformar a vida das pessoas”, acrescentou.

Neste discurso, Luís Montenegro referiu ter ouvido o secretário-geral do PS prometer que “agora ninguém vai pagar portagens” e confrontou-o com o seu passado como ministro das Infraestruturas: “Mas quem é que tutelou as portagens nos últimos anos em Portugal se não precisamente o Pedro Nuno Santos?”

De manhã, em Mirandela, interpelado por um professor de matemática que pediu mais exigência na escola pública, Luís Montenegro insistiu “na

recuperação das aprendizagens que estão perdidas, muitas ainda da pandemia, e depois outras por causa da instabilidade que tem havido”, além da “valorização das disciplinas nucleares, do português, da matemática”, e o regresso “das provas de aferição”.

Em Vila Real, num comício ao final da tarde, perante mais de 500 pessoas, o líder da AD assumiu como “compromisso de honra” o aumento do valor de referência do Complemento Solidário para Idosos (CSI) para 820 euros no final da legislatura.

Sobre as pensões, reiterou que irá “atualizar pensões todos os anos de acordo, no mínimo, com o que está na lei, à taxa da inflação, e atualizar de forma maior ainda as pensões mais baixas”.

“Aqueles que acham que é a olhar para trás, para as dificuldades que criaram

e nos deixaram, para as obrigações que escreveram no memorando, se pensam que assustam os portugueses a dizer que não vamos cumprir o compromisso quero dizer: o PSD é o partido que, desde o 25 de Abril, mais valorizou as pensões. (...) Não precisamos daqueles políticos que falam muito, apresentam muitos ‘Power-Points’ mas deixam tudo na mesma. Atrapalham-se tanto que, no fim do dia, o que promovem é que tudo fique na mesma, nós estamos aqui para fazer diferente e para fazer a diferença”, apontou.

Uma referência à melhoria da vida das mulheres, através da redução das desigualdades, mereceu um aplauso especial do Teatro Municipal de Vila Real, que foi gritando “Mudança, Mudança” ao longo da intervenção de Luís Montenegro.



Em Faro

SÓ O VOTO NA AD PODE MUDAR PORTUGAL

Luís Montenegro voltou a mostrar as diferenças entre os projetos da Aliança Democrática e do PS, lembrando que a escolha no dia 10 de março está entre “um modelo medíocre” de crescimento económico, protagonizado pelos socialistas, e a proposta da AD, assente em “políticas públicas, audazes, mas realizáveis”, que tem como “uma das traves-mestras” a redução da fiscalidade com o objetivo de atrair

investimento e de criar mais riqueza para todos os portugueses.

“Que legitimidade tem alguém que até há poucos anos achava que nem as dívidas devíamos pagar aos nossos credores, que esteve no governo estes oito anos e falhou nos transportes, infraestruturas e habitação”, questionou.

Esta segunda-feira, em Faro, num comício nos claustros da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve, Luís Montenegro dirigiu, em primeiro lugar, uma palavra de agradecimento a Pedro Passos Coelho, que se juntou à campanha da AD.

“Caro Pedro, com todo o respeito: tu não tens de retribuir nada, nós é que temos a obrigação de dizer





sempre muito, muito, muito obrigado por tudo aquilo que fizeste por nós, pelo país, pelas pessoas, pelo trabalho patriótico que fizeste à frente do Governo”, disse, recebendo aplausos e gritos de “Portugal, Portugal” de meio milhar de apoiantes e simpatizantes.

Luís Montenegro considerou que Pedro Passos Coelho alcançou resultados que “talvez nenhum outro tivesse conseguido alcançar”. “De 2011 a 2015, foi com o esforço de todos os portugueses que, no tempo certo, sem atraso, mandámos a troika que outros trouxeram para casa e demos autonomia aos portugueses para escolherem o seu futuro. Com o PSD, sozinho ou coligado, sempre que nós passámos pelo governo, deixámos o país melhor do que o encontrámos. Sempre que o PS passa pelo Governo, deixa país pior do que o recebeu”, criticou.

Dizendo ser “uma honra e um orgulho” estar associado a esse trabalho, Luís Montenegro salientou que não se vai “entreter a olhar para trás”, nem dis-

trair-se com jogos políticos.

“São os portugueses que vão viabilizar o próximo governo de Portugal, dando a confiança que nós precisamos para dar condições de governabilidade e de estabilidade ao país”, assinalou.

Luís Montenegro saudou ainda o cabeça de lista da AD em Faro, Miguel Pinto Luz. “O sinal que quis dar aos algarvios foi de verem nessa opção a valorização que eu próprio, líder da AD, queria dar: pedindo a um dos ‘vices’ que aqui estivesse em minha representação para dizer que daqui para a frente vamos dar peso político ao Algarve”, frisou, acusando o PS de ter deixado a região “ao abandono e esquecimento”.

Antes, Pedro Passos Coelho defendeu que “o resultado natural destas eleições é a vitória da AD”, perante o “imenso vazio” do PS, e pediu aos portugueses que deem “condições de força política a esse Governo”. “É a minha convicção: o resultado natural destas eleições é a vitória da AD. Eu acredito nisso”, referiu.



EM PORTALEGRE

PORTUGAL PRECISA DE UM MINISTÉRIO DA AGRICULTURA ATUANTE E PRÓXIMO



O líder da AD defende que Portugal deve ter um Ministério da Agricultura “atuante e próximo” dos agricultores e do mundo rural.

“Em primeiro lugar, ter um Ministério da Agricultura que seja atuante e possa estar perto dos agricultores e interagir com eles, diminuindo a carga burocrática, ajudando na utilização de recursos financeiros, nomeadamente em sede de fundos europeus e tratando, na parte que as políticas públicas podem fazer, de dar mais competitividade à agricultura”, disse.

Na terça-feira, 27 de fevereiro, após visitar a Cersul, um agrupamento de produtores de cereais em Elvas,

acompanhado da Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, Fermelinda Carvalho, e do cabeça de lista da AD, Rogério Silva, Luís Montenegro ouviu queixas de um administrador da Cersul, Bulhão Martins, que criticou os “oito anos de abandono do setor” pelos governos socialistas.

O líder da AD apontou a gestão dos recursos hídricos. “Em Portugal, mais do que um problema de falta de água, temos um problema de falta de capacidade de armazenamento e condução da água para os locais onde é preciso, quer para o abastecimento humano, quer para a agricultura”, explicou.

Luís Montenegro entende que o Governo pode ter também uma intervenção na Europa, para que a agricultura portuguesa “não esteja em segundo plano face às potências agrícolas do Norte e do centro da Europa”.

Luís Montenegro reafirmou intenção de, quando for primeiro-ministro, implementar uma reunião mensal do Conselho de Ministros (além das semanais) em três áreas temáticas em que a agricultura terá “uma palavra”: assuntos económicos, transição ambiental e transição digital.

O líder da AD salientou a importância estratégica da agricultura não

só para aumentar a soberania alimentar do país, mas também como forma de fixação das pessoas e até para diminuir a exposição do país aos incêndios florestais.

“Se nós fizermos bem as contas, quando há um grande incêndio, os meios financeiros de que nós dispomos para o combate e diminuição do impacto no património e na vida das pessoas é 50 ou 100 vezes maior do que o que fazemos para ter a floresta organizada”, salientou.

Em Elvas, Luís Montenegro acusou o PS de “lançar para o ar” a regionalização, sem um projeto concreto de competências e financiamento, realçando que isso não está no programa da AD para esta legislatura.

Por fim, alertou para as situações de imigração não integrada, em condições instáveis e pouco dignas, que criam um sentimento de insegurança. “É preciso regulação e é preciso que isso depois se expresse numa política de integração mais efetiva, para nomeadamente não criar zonas de insegurança, zonas onde as populações estão mais expostas a situações, enfim, que lhes dão um sentimento de insegurança que nós devemos obviar”, defendeu, dando como exemplo “um episódio fatal em que duas pessoas morreram em Lisboa” e se constatou que “mais ou menos vinte pessoas” viviam “num espaço exíguo”.

“Eu não estou a dizer que as pessoas vêm do estrangeiro para Portugal têm essa tendência para criar problemas, mas criam um sentimento, quando não são bem integradas, e esse sentimento tem de ser combatido, como é evidente”, precisou.

LUÍS MONTENEGRO NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO: O VOTO NA AD É O VOTO NA MUDANÇA SEGURA

Luís Montenegro apelou ao voto de todos os eleitores socialistas que estão “defraudados” com a governação socialista.

Ao final da tarde num comício na Universidade da Beira Interior, na Covilhã, o líder da AD começou por referir-se aos eleitores “dececionados, desiludidos” e a esses eleitores quis assegurar que “se sintam seguros nesta mudança segura, consistente e estruturada”.

Em segundo lugar, Luís Montenegro dirigiu-se àqueles que “até nem concordam com tudo aquilo que o

Chega propõe e com aquilo que o seu protagonista maior diz, mas estão cansados e esgotados”. O líder da AD afirmou “respeitar muito a indignação” dessa “franja” de portugueses, mas apelou a estes eleitores que façam uma reflexão até 10 de março.

“O voto de protesto não contribui para mudar de governo, se querem mesmo mudar de governo a AD é o voto seguro de uma mudança segura”, apelou.

Luís Montenegro criticou os adversários políticos que se limitam a tentarem “assustar o país”, e apresentou

três compromissos: atualizar todas as pensões de acordo com a fórmula da lei, fazer um esforço “se e quando for possível” para aumentar mais as pensões mais baixas e atualizar o valor do Complemento Solidário para Idosos para 820 euros. “Se eu falhar com primeiro-ministro qualquer um destes três compromissos, abandonarei as minhas funções”, disse.

Em Castelo Branco, é cabeça de lista pela AD Lílina Reis, professora universitária de Ciência Política e Relações Internacionais.





CÂMARA DE VISEU LAMENTA PROBLEMAS NA URGÊNCIA PEDIÁTRICA

O Presidente da Câmara de Viseu lamentou o encerramento da Urgência Pediátrica durante alguns períodos noturnos a partir de sexta-feira e considerou este mais um exemplo do abandono das gentes do interior.

A Unidade Local de Saúde (ULS) Viseu Dão-Lafões anunciou na segunda-feira que, devido à falta de médicos que assegurem a escala, será necessário implementar um plano de contingência que prevê o funcionamento normal de segunda a quinta-feira e o encerramento da Urgência Pediátrica Externa nos períodos noturnos de sexta-feira, sábado e domingo (entre as 20:00 e as 09:00).

“Nós pensámos que este problema já estava ultrapassado. Anunciou-se com grande destaque que as ULS iam resolver os problemas todos e o primeiro impacto que temos é o encerramento da Urgência Pediátrica”,

criticou Fernando Ruas, dia 27 de fevereiro.

O autarca lembrou que a Urgência Pediátrica mais próxima é em Coimbra, sendo preciso percorrer 90 quilómetros do “famigerado IP (Itinerário Principal) 3”, e que continua por resolver “o problema do helicóptero (do Instituto Nacional de Emergência Médica), que não opera a noite”.

“Eu não sei o que é que se espera da reação destas gentes do interior que sistematicamente estão abandonadas e com uma justificação esfarrapada”, afirmou.

Segundo a ULS, atualmente “existem apenas 15 especialistas de Pediatria para assegurar a escala da Urgência Pediátrica, na sequência de várias rescisões e de baixas médicas”.

“Apenas sete médicos pediatras têm idade inferior a 50 anos e condições

para trabalho noturno, enquanto os oito pediatras restantes fazem todos os turnos diurnos, o que implica uma enorme sobrecarga assistencial em horas suplementares, atendendo a que a constituição mínima de segurança para uma equipa de urgência de Pediatria é de dois especialistas”, explicou.

Para Fernando Ruas, esta situação era previsível: “Tem que se acautelar estas situações para não vivermos momentos dramáticos como este que assistimos periodicamente”.

“O problema nunca foi tão grave como agora”, frisou Ruas, questionando para que se andaram a construir “uma série de unidades de saúde e equipamentos” se agora não há médicos que permitam o seu normal funcionamento.

A ULS justificou que “não tem sido

possível contratar novos profissionais para o mapa de pessoal do Serviço de Pediatria, tendo ficado desertas as vagas abertas para concurso”, e que, apesar de desde agosto de 2023 ter havido a colaboração de pediatras em regime de prestação de serviços, tal não colmata todas as lacunas da escala.

Fernando Ruas disse que não compete à autarquia tomar medidas para fixar médicos, apesar de ir agora receber competências na área da saúde (relacionadas com equipamentos e pessoal auxiliar). O autarca, que é também presidente da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, disse continuar a aguardar uma reunião com o presidente do conselho executivo do Serviço Nacional de Saúde para conhecer o plano da ULS e na qual pretende abordar outros problemas da região.

TRANSPORTES PÚBLICOS URBANOS DA RÉGUA ARRANÇAM NA SEXTA-FEIRA

O município do Peso da Régua implementa a partir de sexta-feira uma rede de transportes públicos urbanos, com duas linhas, que quer melhorar a mobilidade e retirar carros da cidade.

José Manuel Gonçalves, Presidente da Câmara do Peso da Régua, afirmou que o serviço de transportes urbanos visa melhorar a mobilidade nesta cidade do distrito de Vila Real. Com este circuito urbano pretende-se contribuir para a descarbonização e melhorar o fluxo de trânsito

da cidade, retirando mais carros do interior desta localidade duriense.

O serviço conta com dois autocarros e tem duas linhas - a verde e a vermelha - que vão ligar as três grandes zonas da cidade: a zona alta do Peso, a zona comercial da Régua e ainda Godim, onde estão localizados vários estabelecimentos escolares.

A volta completa demora uma hora e a passagem em cada paragem será feita com uma regularidade de meia hora.

Para já, segundo explicou o autarca, foi feita uma concessão por um período experimental de seis meses.

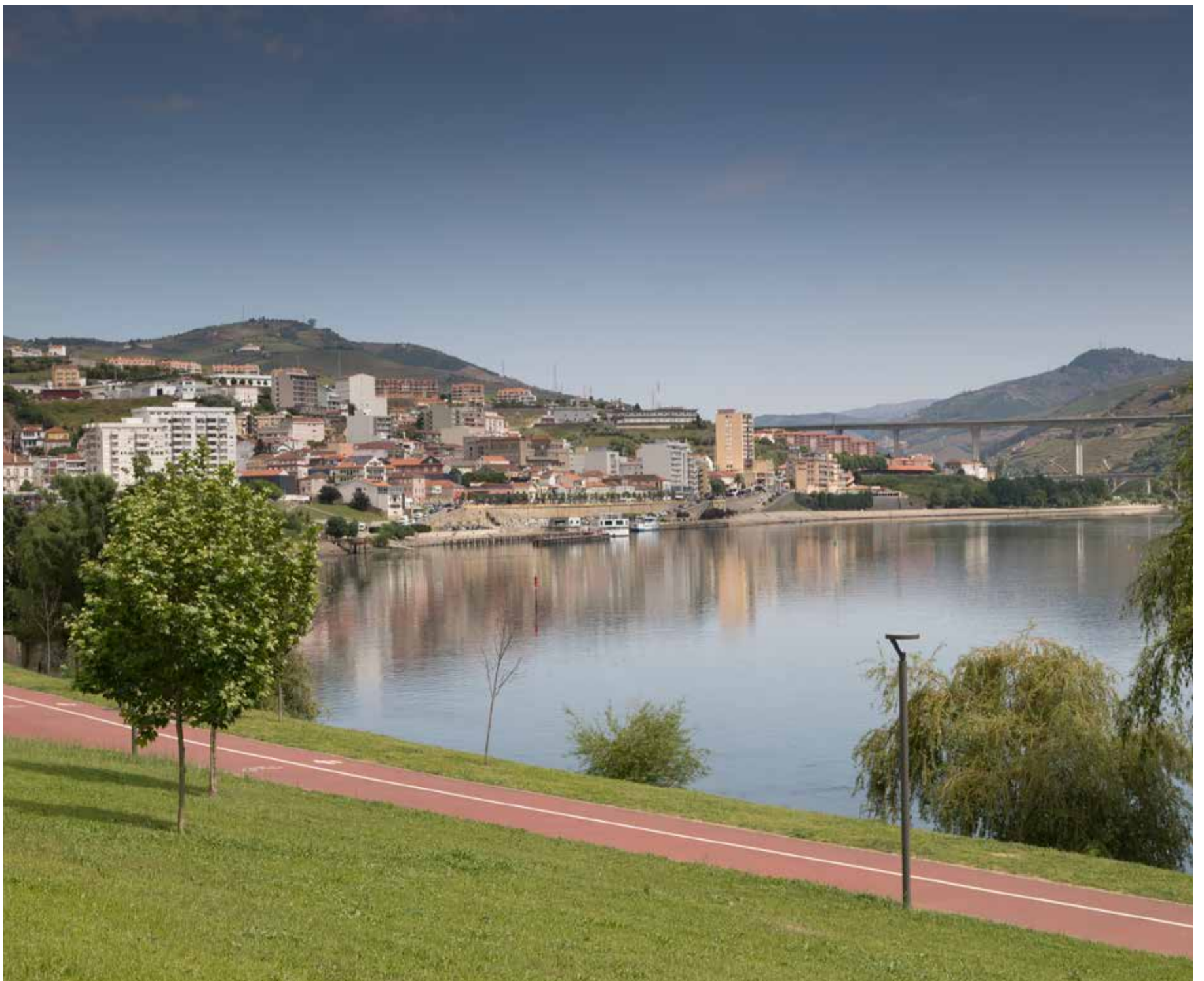
O município, na sua página na Internet, realça que a “qualidade do transporte urbano desempenha um papel fundamental na qualidade de vida de munícipes, facilitando o acesso a empregos, educação, lazer e serviços essenciais”.

O autarca lembrou que o serviço foi já testado aquando do Dia de Portugal (10 de junho), já que, em 2023, as cerimónias oficiais presididas pelo

Presidente da República decorreram na Régua.

Na altura, devido aos constrangimentos na cidade decorrentes das cerimónias, foi aconselhado aos visitantes e munícipes que deixassem os veículos nos parques de estacionamento, alguns deles improvisados, e depois de deslocassem nos autocarros para o centro da cidade.

Foi também testado durante o período das festas da cidade, que se celebram em agosto.



PAMPILHOSA DA SERRA PROMOVE TERRITÓRIO COMO DESTINO PARA OBSERVAR O ESPAÇO

O município da Pampilhosa da Serra, no interior do distrito de Coimbra, lançou uma campanha sobre a tranquilidade do concelho e as condições únicas daquele território para observar estrelas e planetas.

A campanha "Uma mensagem de um dos lugares mais pacíficos do Universo", com suporte em filme, promove o céu estrelado como principal atrativo do concelho, referiu a autarquia.

"Uma mensagem de um dos lugares mais pacíficos do Universo' destaca a tranquilidade natural desta região e promove a sua principal marca turística: o imenso céu estrelado com condições únicas para a observação astronómica, reconhecido pela Fundação Starlight do Instituto de Astrofísica das Canárias".

Para o Presidente da Câmara, Jorge Custódio, a campanha pretende destacar a serenidade de Pampilhosa da Serra e as condições únicas da região para ver estrelas e planetas.

"Um espetáculo incrível que pode ser visto com os pés na serra e os olhos no céu, o ano todo", sublinhou o autarca, que convidou os visitantes "a experimentarem a magia do lugar, um dos mais pacíficos da Terra, e a partilharem essa paz com todo o mundo".

Jorge Custódio salientou ainda que é na Pampilhosa da Serra que se desenvolve a investigação científica dedicada ao espaço, através do Observatório Espacial de exploração astronómica e observação do Universo profundo.

O Observatório dispõe de um radiotelescópio, um telescópio e um radar espacial e, muito em breve, de um radiotelescópio solar, único na Europa para a observação da radioatividade e das erupções solares.

"Com o céu estrelado como principal atrativo, o concelho procura posicionar-se como um destino turístico para famílias, desportistas, entusiastas e amantes das ciências espaciais e astronómicas, mas também da fotografia e da gastronomia típica serrana", reiterou o autarca da Pampilhosa da Serra.

CÂMARA DO FUNCHAL APROVA PAGAMENTO DE BOLSAS A 260 ESTUDANTES

A Câmara Municipal do Funchal aprovou o pagamento de 260 bolsas de estudo para estudantes do ensino superior, no valor de 220 mil euros, indicou a presidente da autarquia, Cristina Pedra.

“Hoje foi aprovado o pagamento de 260 bolsas de estudo, no valor total de 220 mil euros. O processo de apresentação de candidatura findou a 12 de janeiro deste ano e já estão a ser aprovados os pagamentos”, afirmou Cristina Pedra, adiantando que foram recebidas 2.300 candidaturas.

A Presidente da Câmara do Funchal, a principal autarquia da Madeira, falava após a reunião semanal do executivo municipal, liderado pela coligação PSD/CDS-PP.

Cristina Pedra recordou que a autarquia alterou no ano passado o regulamento que estabelece a atribuição das bolsas de estudo, de forma a restringir o acesso às famílias com mais rendimentos e a reforçar os valores para “a população com menos recursos financeiros e a classe média”.

As bolsas de estudo variam entre os 250 e os 1.100 euros, sendo que, segundo a autarca, “um casal com um filho pode ter um rendimento de 3.400 euros líquidos que mesmo assim ainda consegue obter a bolsa de estudo para o filho”.

“Reforçamos a classe média e pusemos um teto máximo porque há famílias com rendimentos de milhares de euros por mês que consideramos que não devia ser o ‘target’ para receber dinheiros do erário público”, salientou.

A Câmara do Funchal reservou uma verba de 2,2 milhões de euros para a atribuição de bolsas aos estudantes do ensino superior no ano letivo 2023/2024.

Na reunião de 22 de fevereiro, a autarquia funchalense aprovou também uma isenção de taxas para a campanha de vacinação animal, indicou Cristina Pedra, precisando que a iniciativa vai percorrer todas as freguesias do concelho e deverá chegar a 700 animais vacinados e 300 com identificação eletrónica.

O executivo municipal abriu ainda 28 vagas para estágios no município em áreas como a limpeza urbana, urbanismo e cemitérios.



VOTO NA AD PARA AFIRMAR OS AÇORES

José Manuel Bolieiro apelou domingo ao voto na Aliança Democrática (AD) para afirmar a Região e mudar a governação de Portugal, lembrando que os socialistas “não podem merecer a confiança” dos açorianos.

“É incapaz o governo [socialista] de Portugal, que não tem esta compreensão e visão, razão pela qual quero deixar a esta lista candidata este encargo: afirmar os Açores, neste plano, é garantir mais importância a Portugal”, salientou, na apresentação da lista de candidatos da AD pelos Açores às eleições legislativas nacionais de 10 de março.

Afirmar os Açores é algo que, considerou, “os socialistas nunca souberam fazer, por isso não têm currículo para pôr nas mãos deles a confiança desta afirmação”, apelando à votação massiva na AD, a Coligação que junta PSD, CDS-PP e PPM.

O Presidente do PSD dos Açores criticou os socialistas pela inércia face às oportunidades para cumprir com a Região, que, “por incompetência ou por vingança, negaram o que importava fazer, merecendo ser escoraçados da governação de Portugal, porque não serviram os Açores”.

José Manuel Bolieiro atribuiu responsabilidades ao candidato socialista Pedro Nuno Santos, ex-ministro das Infraestruturas, por falhar a resolução do processo de substituição do cabo submarino de fibra ótica entre os Açores e continente, “que estava a chegar ao fim de vida útil e nada se fez em tempo útil”.

“[Pedro Nuno Santos] não tem currículo, tem cadastro. Cadastro de incapacidade de agir”, apontou.

Uma situação, aliás, que se repetiu com o compromisso da solidariedade do Estado para com a Região, ao assumir participar até 85% a recuperação dos prejuízos do furacão Lorenzo, seguido de uma depressão que destruiu infraestruturas portuárias, entre outras.

“Não pagou como devia as verbas, não tem currículo de fazer. Tem cadastro de omissão e incapacidade, não pode merecer a nossa confiança”, reforçou.

A história viria repetir-se uma vez mais com as Obrigações de Serviço Público de transporte aéreo entre o Continente e as ilhas do Faial, Pico e Santa Maria, “cuja acessibilidade é a única que nos permite estar em continuidade territorial”.

“Foi esse ex-ministro que agora quer ser primeiro-ministro que não resolveu a tempo e a horas nenhum dos compromissos. Não merece a nossa confiança”, salvaguardou.

Entende como a “mais vergonhosa” situação de incumprimento do Estado a vivida no Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, cujo processo se arrasta há mais de uma década.

Por fim, salientou que conta com o apoio da lista encabeçada por Paulo Moniz “para fazer vencer este projeto político” que coliga o PSD, CDS-PP e PPM, com vista “fazer o bem que podemos desempenhar na democracia e para o país”.

“Nós estamos aqui porque o Partido Socialista é incapaz de governar o país. Tem mais vocação para se governar do Estado, do que para governar o país inteiro”, acusou.

José Manuel Bolieiro delegou nos candidatos da AD o encargo de defender os Açores, tomando a iniciativa nas suas mãos, garantindo que “uma medida nacional não seja uma medida continental”.

O líder social-democrata açoriano destacou ainda a dimensão que a Região confere a Portugal, sublinhando que, “em matéria de Mar e de Espaço, os Açores estão primeiro e valem muito mais do que o país reduzido ao continente”.

Dirigindo-se aos portugueses, José Manuel Bolieiro diz “que contem com os Açores e valorizem os Açores para engrandecer Portugal”.



LUÍS GARCIA REELEITO PRESIDENTE DO PARLAMENTO AÇORIANO

O deputado do PSD Luís Garcia foi reeleito, no dia 22 de fevereiro, Presidente do parlamento açoriano, com 39 votos a favor, dois contra e 16 abstenções, na sessão de instalação da Assembleia Legislativa dos Açores, reunida pela primeira vez após as eleições antecipadas.

“Em nome dos açorianos, firmo o compromisso de tudo fazer para dignificar e respeitar o primeiro órgão da nossa autonomia, que é esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, órgão que queremos que todos os açorianos se vejam representados”, realçou o deputado social-democrata, logo após ter assumido o cargo, na sede do parlamento, na Horta.

As duas vice-presidências do parlamento serão exercidas por Joaquim Machado (PSD) e João Vasco Costa (PS), ao passo que os secretários da Mesa serão ocupados por Nídia Inácio (PSD) e Lubélio Mendonça (PS).

A XIII Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é composta por oito forças partidárias políticas, três das quais em coligação, designadamente: Partido Social Democrata (PSD), com 23 deputados, Centro Democrático e Social – Partido Popular (CDS-PP), com 2 deputados, e Partido Popular Monárquico (PPM), com 1 deputado. O Partido Socialista (PS), com 23 deputados, o CHEGA (CH), com 5 deputados, a Iniciativa Liberal (IL), com 1 deputado; Bloco de Esquerda (BE), com 1 deputado; e Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), com 1 deputado completam a composição da ALRAA.

No seu discurso de tomada de posse, o Presidente reeleito agradeceu “a confiança de todos para presidir a Mesa da Assembleia encarando-a com enorme



responsabilidade” firmando o seu compromisso “de tudo fazer para respeitar e dignificar o primeiro órgão da autonomia açoriana”.

A coligação PSD/CDS-PP/PPM venceu as eleições antecipadas de 4 de fevereiro nos Açores, mas sem maioria absoluta, elegendo 26 dos 57 deputados regionais, contra 23 do PS, cinco do Chega, e um do BE, um da IL e um do PAN.



AÇORES APOIA AGRICULTORES NA AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PARA ANIMAIS

O Governo dos Açores vai conceder um apoio extraordinário para aquisição de concentrado fibroso destinado à alimentação do efetivo pecuário da região, devido aos “efeitos nefastos” das alterações climáticas, segundo uma portaria publicada hoje no Jornal Oficial.

De acordo com a portaria da Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, são beneficiários os operadores económicos que fabricam e que comercializam concentrado fibroso, “refletindo-se o apoio a que a mesma se refere na sua comercialização aos produtores agropecuários de todas as ilhas” da região autónoma.

No âmbito da medida será concedido um apoio de dez cêntimos de euro por quilograma de concentrado fibroso comercializado para as ilhas de São Miguel e Terceira, e de doze cêntimos por quilograma para as restantes sete

ilhas (Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Pico, Faial, Flores e Corvo), até ao montante máximo de 5.500 toneladas a nível regional.

O documento clarifica que o quantitativo de concentrado fibroso “é distribuído por todas as ilhas tendo por base o efetivo bovino existente”, mas, “em função dos consumos verificados, poderá proceder-se à reafetação das quantidades distribuídas entre ilhas”.

“O produto fibroso adquirido com benefício de ajuda não pode ser expedido para outra ilha diferente da ilha de aquisição” e “só poderá ser utilizado na exploração do produtor agropecuário”, lê-se.

O secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural dos Açores, António Ventura, que assina a portaria, justifica o apoio extraordinário

à aquisição de concentrado fibroso destinado à alimentação do efetivo pecuário da região, “considerando a voracidade dos efeitos nefastos das alterações climáticas, que têm provocado condições meteorológicas atípicas, nomeadamente elevados níveis de pluviosidade adversos à normal produção agrícola, em particular às produções forrageiras”.

A medida também é fundamentada tendo em conta que a disponibilização de concentrado fibroso ao efetivo pecuário açoriano se afigura “fulcral para minimizar os efeitos da escassez de forragens”.

O Governo Regional, de coligação PSD/CDS-PP/PPM, tem também em conta, entre outros fatores, “que a debilidade da qualidade e quantidade de alimentos disponibilizados aos animais acarreta inegáveis efeitos quer a nível de sanidade, quer a nível de bem-

-estar animal e ainda no que se refere à rentabilidade da atividade económica em apreço”.

É também admitido que o nascimento dos bovinos na Região Autónoma dos Açores ocorre, maioritariamente, no decurso do mês de maio “e atendendo às suas necessidades metabólicas, urge assegurar a correta alimentação das fêmeas prenhes”.

O executivo açoriano também publicou a portaria por considerar que “o protelar da adoção de medidas poderá acarretar prejuízos para o setor e para o efetivo pecuário” da região e argumentando que a existência de um apoio extraordinário aos agricultores “afigura-se a forma mais correta de acautelar de forma urgente” os interesses em causa. A portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.



Povo Livre

Número 543 • 30 de Janeiro de 1985 • Preço 30400

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: MANUEL PEREIRA

MOTA PINTO NO ENCONTRO DOS TSD

DESESTATIZAR A ECONOMIA É CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL À VERDADEIRA JUSTIÇA SOCIAL

Com a participação de cerca de três centenas de participantes, realizou-se no passado sábado o Encontro dos TSD da AML, sobre o «Sector Público — Que realidade? Que futuro?». Esta reunião constituiu uma manifestação de grande vitalidade e congregou sociais democratas que desempenham funções nos Conselhos de Gestão, Sindicatos, CT's e órgãos dos TSD.

Participaram no debate Rui Machete, Silveira Godinho, Teresa Galvão, Rui Oliveira Costa e Oliveira Martins. A sessão de encerramento foi presidida pelo líder do PSD, Carlos Mota Pinto, que proferiu importante intervenção política enquadrada no tema em debate, e que seguidamente transcrevemos:

O Partido Social Democrata, como grande Partido Nacional que indubitavelmente é, tem como objectivos primordiais:

— contribuir decisivamente para a estabilização e normalização de toda a vida nacional, fomentando, através da sua acção, o reforço da autoridade do estado;

— representar cada vez mais e melhor o eleitorado que acredita nos valores da social-democracia;

— contribuir para a obtenção de reformas estruturais necessárias à modernização da sociedade, vencendo os obstáculos que se opõem à consecução de um desenvolvimento democrático, a efectivação do progresso económico e social, a efectivação da cultura e da educação, em suma, a dignidade do povo português.

— assegurar a dignidade do povo português no concerto europeu.

— assegurar a dignidade do povo português na sociedade porfiriana a exercer o poder político e o poder político em forma de poder legitimamente, e sem

constrangimentos, o seu programa de acção. Não deseja exercer o poder pelo poder, nem estar no poder sem corrigir situações que, em seu entender, carecem de modificação.

Não podemos nem devemos confundir gestão conjuntural com alterações estruturais. A primeira, embora importante, tem necessariamente um limite temporal. Mesmo dentro desse prazo há que emprender as alterações estruturais que se impõem.

Pelas reformas estruturais nos continuaremos a bater, não aceitando paliativos infundados para as retardar. É certo que algumas dessas questões já estão equacionadas e, até em parte, realizadas.

Porém, não se tem verificado o ritmo e amplitude de concretização desejáveis, nomeadamente pelo freio que a actual constituição continua a pôr ao desenvolvimento económico do país. Mas não apenas por esta causa — também por um espírito de immobilismo político e/ou tecnocrático,

Consideramos necessárias várias alterações estruturais na área económica.

A nossa economia caracteriza-se, ainda, por um intervencionismo estatal excessivo, por um sector cooperativo incipiente e por uma iniciativa privada não suficientemente confiante.

Não defendemos a adopção em Portugal de um puro liberalismo económico, o qual seria contrário à realidade do país e à doutrina que perflhamos; antes julgamos ser indispensável conciliar uma atitude coordenadora do Estado para o sistema económico em geral e o funcionamento claro do mercado, de uma forma mais espontânea, verdadeira e não dirigida. Impõe-se o interesse de todo o Povo Português e uma efectiva Justiça Social, aspiração legítima dos trabalhadores por conta de outrem e dos demais agentes económicos.

Através do «11 de Março de 1975» o PCP e vanguardistas no MFA colectivizaram desmesuradamente a economia portuguesa, o que determinou o agravamento das contas internas e externas, a desresponsabilização crescente dos agentes económicos, a adulteração das regras de uma sã competitividade, a diminuição da percentagem de crédito concedido ao sector privado e a não criação de suficientes empregos para absorver novos trabalhadores.



«A coragem e a ousadia são indispensáveis à retoma da confiança»

Desestatizar a nossa economia, reconduzindo o Estado à sua função prioritária de árbitro e regulador — e não de interventor director na vida económica — e a uma função supletiva. É condição essencial à modernização do tecido produtivo português e — repito — à justiça social, que exige produção de riqueza.

Impõe-se, deste modo, a redução da área de intervenções estatais:

1) Desestatizando, logo que constitucionalmente possível, empresas ou sectores que por vocação se não devam localizar no domínio do Estado;

2) Alienando participações sociais e outros activos das empresas públicas não indispensáveis à sua actividade essencial;

3) Levando o capital privado a participar em au-

mentos de capital de empresas até agora exclusivamente afectas ao sector público.

Quanto a alguns projectos em curso, urge rentabilizá-los, impondo condições de funcionamento e de gestão compatíveis com a escassez de recursos e a não hemorragia de fundos que alguns evidenciam. Nesta área, como noutras, a coragem e a ousadia são indispensáveis à retoma da confiança.

O Estado gasta por vezes mal, nomeadamente em sectores não produtivos, sacrificando em demasia o cidadão contribuinte. O seu crescente endividamento é uma razão mais do que plausível para conter os seus dispêndios, racionalizar a sua actividade, melhorar a sua eficácia, e não para aumentar a carga fiscal que, em nosso entender, já onera drasticamente os

contribuintes em geral e as entidades produtivas em especial, sendo um factor fundamental para a falta de dinamismo empresarial a que vimos assistindo. Neste sentido nos vimos esforçando na governação, com alguns resultados, designadamente a nível do imposto profissional e do imposto complementar.

É hoje convicção generalizada de que o sector empresarial do Estado constitui sorvedouro insaciável do dinheiro dos contribuintes.

Resultando, na sua grande maioria, da lógica colectivista emanada do «11 de Março de 1975», a empresa pública, a empresa nacionalizada, apresenta hoje em dia a imagem do desperdício em vez do rigor, do privilégio injustificado em vez do acatamento de regras iguais para todos, de fonte de prejuízo para os cidadãos em vez de fonte de riqueza nacional.

Ao sucesso prometido pela ideologia vem, em contraponto, a prática demonstrar o fracasso.

Criaram-se e mantêm-se em alguns casos, empresas majestáticas, vivendo de exclusivos, manuseando milhões e milhões de contos, sem se afeirar se o fazem bem ou mal, vedando legalmente a possibilidade de, concorrencialmente, aparecer quem preste melhor serviço, quando não mais barato.

É, pois, necessário desmantelar o «11 de Março de 1975», com a prudência e o ritmo suficientes para que as necessidades de adaptação, inerentes a qualquer mudança, não sirvam de pretexto nem de arma favoráveis a quem se opõe a esse desmantelamento, por preconceito ideológico ou por receio de perda de posições.

Para a situação económica/financeira actual das

Continua na pág. 3

NOVA VITÓRIA ELEITORAL DO PSD

Na sequência da crescente adesão popular que vem obtendo, o PSD ganhou eleições intercalares para a Junta de Freguesia de Ponte de Lima. Os social-democratas tiveram 435 votos (cinco mandatos): a APU, 386; CDS, 187; PS, 102.

EDIÇÃO N.º 543 do "Povo Livre" | de 30 de janeiro de 1985.

"Mota Pinto no encontro dos TSD: Desestatizar a economia é condição indispensável à verdadeira justiça social".

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

ALCOCHETE

Nos termos dos Estatutos, convoco a Assembleia da Secção de Alcochete, para reunir no dia 30 de Março de 2024 (sábado), pelas 15h00, na Sede da Secção, sita na Rua do Paço nº 8, em Alcochete, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção – Biénio 2024/26;
2. Eleição da Comissão Política de Secção – Biénio 2024/26.

Nota: A votação decorrerá das 15h00 às 20h00. As listas candidatas às eleições deverão ser entregues, na Sede, ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, até às 24h00 do dia 27 de Março de 2024.

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convocam-se os militantes da Secção de Aveiro, para se reunirem, no próximo dia 5 de Abril de 2024 (sexta-feira), entre as 17h00 e as 22h00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho nº 177 – 1º, em Aveiro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
 2. Eleição da Comissão Política de Secção.
- Nota: A votação decorrerá das 17h00 às 22h00. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção, na Sede Concelhia, até às 24h00 do dia 2 de Abril de 2024.

ELVAS

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convocam-se os militantes da Secção de Elvas do PSD, para a Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 14 de Março de 2024 (quinta-feira), pelas 20h30, na sede concelhia do PSD, sita na Rua da Cadeia nº 34-C – 1º, em Elvas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Rescaldo e reflexão sobre as eleições legislativas de 2024;
2. Análise da Situação Política Local;
3. Análise da situação Política Partidária;
4. Outros assuntos de interesse.

NÚCLEOS

LITORAL PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia de militantes do Núcleo Litoral – Porto, para reunir no próximo dia 15 de Março de 2024 (sexta-feira), pelas 21h00, na antiga Junta de Freguesia da Foz, sita na Rua Corte Real 25, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise dos resultados eleitorais na nossa União de Freguesias;
2. Prestação de contas dos nossos eleitos locais;
3. Análise da situação política;
4. Outros assuntos.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 |
Email: jsdnacional@gmail.com

CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Leiria para reunir no próximo dia 9 de Março de 2024, pelas 18h00, na sede Distrital do PSD de Leiria que cita na Av. Dr. José Jardim 32, 2400-137 Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Aprovação do local, data, horário e regulamento do VII Congresso da JSD Distrital de Leiria;
- 3 - Outros Assuntos;

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD Cascais para reunirem no dia 06 de abril de 2024, pelas 15h00 horas, na sede do PSD Cascais, sita na Rua Jogo de Bola, Lote 1 cave esquerda, 2775-587 Carcavelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Cascais.
Notas: As listas candidatas deverão ser enviadas ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, para o seguinte endereço eletrónico: hugolopes@jsd.pt. As urnas estarão abertas das 15h00 às 17h00.

PORTO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se plenário concelhio da JSD Porto, para reunir no dia 23 de março, pelas 10h00, na sede concelhia, sita Rua Guerra Junqueiro, nº 64, 4150-386 Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Outros assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no nº 2 do

Artº 69º dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada um novo Plenário, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças.

PORTO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se plenário concelhio da JSD Porto, para reunir no dia 30 de março, pelas 10h30, na sede concelhia, sita Rua Guerra Junqueiro, nº 64, 4150-386 Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleições da Mesa de Plenário Concelhio e da Comissão Política Concelhia da JSD Porto.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 10h30 e as 12h30. As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário Distrital ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral para o e-mail: martascalmeida@gmail.com.

NESD/ INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Juventude Social Democrata inscritos no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, para o Plenário do Núcleo de Estudantes Social Democratas da referida instituição, para reunir no dia 18 de março de 2024, das 18h às 19h, no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, R. Branca Edmée Marques, 1600-276 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do NESD IGOT.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Coordenador do Gabinete de Ensino Superior da Distrital de Lisboa, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.